

EDITAL PPGP № 3: CREDENCIAMENTO DE ORIENTADOR

1. PREÂMBULO

O Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública (PPGP), no uso de suas atribuições e tendo em vista a decisão do Colegiado do Programa em reunião realizada em 14 de novembro 2017, torna público o presente Edital, destinado à seleção de professores candidatos a credenciamento para atuar como docentes e orientadores do núcleo docente permanente no Mestrado Profissional em Gestão Pública da FUP.

2. NÚMERO DE VAGAS

O número de vagas abertas são duas, sendo uma vaga para atuar na linha de pesquisa de "Gestão Pública e Território" e outra vaga para atuar na linha de pesquisa de "Instrumento de Monitoramento, Avaliação e Gestão Pública".

Os processos de seleção entre as vagas são independentes.

3. CRITÉRIOS MÍNIMOS GERAIS

- Ter vínculo funcional-administrativo com a UnB:
- Possuir título de Doutor reconhecido no Brasil;
- Ter pontuação de, pelo menos, 150 pontos no Qualis/Capes na área de Administração Pública e de Empresas, Contabilidade e Turismo durante o triênio 2014 2016.
- A classificação dos artigos obedecerá a avaliação mais recente da CAPES (disponível no site https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/) e obedecerá a seguinte equivalência de pontos: A1 100; A2 80; B1 60; B2 50; B3 30; B4 20; B5 10 pontos.

3.1 CRITÉRIO MÍNIMO CONFORME ESPECIFICIDADE DA VAGA

Candidato a vaga para atuar na linha de pesquisa de "Gestão Pública e Território" deve comprometer-se a oferecer e lecionar no mínimo uma das seguintes disciplina do PPGP: Arranjos Federativos e Políticas Públicas no Brasil; Fundamentos da Gestão Pública; Estado, Governo e Políticas Públicas; Políticas Públicas e Território.

Candidato a vaga para atuar na linha de pesquisa de "Instrumento de Monitoramento, Avaliação e Gestão Pública" deve comprometer-se a oferecer e lecionar no mínimo uma das seguintes disciplina do PPGP: Economia do Setor Público; Orçamentação e Finanças Públicas; Avaliação de Programas e Projetos Governamentais e Instrumentos de Monitoramento e Avaliação da Gestão Pública.



4. DOS PROCEDIMENTOS E PRAZOS DE INSCRIÇÃO

A inscrição será realizada mediante envio para o e-mail gestaopublicappgp@unb.br dos seguintes documentos:

- a) Solicitação de Credenciamento (Anexo 1)
- b) Projeto de pesquisa em consonância com a linha de pesquisa e abordando o plano de trabalho no programa para os próximos cinco anos (Anexo 2).

A homologação das inscrições ocorrerá por meio de resposta por e-mail da Coordenação do PPGP até dois dias após envio da documentação.

O prazo de inscrição ocorrerá entre o período de 20/11/2017 até 10/12/2017.

5. DO PROCESSO SELETIVO E DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DOS CANDIDATOS

A seleção de candidatos, para cada linha de pesquisa, será realizada por uma comissão de três professores. A designação das comissões foi realizada pelo Colegiado do PPGP e considerou a atuação dos professores dentro das linhas de pesquisa do programa.

A classificação dos candidatos levará em consideração:

- Currículo/Atuação, considerando a produção técnica, bibliográfica, experiência profissional, credenciamento em outros Programas de Pós-graduação, entre outras informações fornecidas no currículo Lattes e na ficha de Solicitação de Credenciamento do candidato.
- Projeto de Pesquisa/Plano de trabalho do candidato a que se refere a letra "b" do item 4 deste edital.

Cada membro da comissão atribuirá nota de 5 até 10 para o Currículo/Atuação e ao Projeto de Pesquisa/Plano de trabalho dos candidatos. A nota final será computada por meio da média aritmética das notas atribuídas pelos membros da Comissão de Seleção.

Resultado Final no dia 14/12/2017 no site www.gestaopublica.unb.br

6. DISPOSIÇÕES FINAIS

As próximas duas turmas do PPGP contarão com alunos/orientados que atuam como servidores técnico-administrativos efetivos do quadro da Fundação Universidade de Brasília (FUB) a partir de convênio instituído entre DCADE/DGP/UnB com o PPGP.

As disciplinas do PPGP podem ser ministradas no Campus Darcy Ribeiro ou na Faculdade UnB de Planaltina. Ementa e Bibliografia das disciplinas estão no Anexo 3.

Maiores informações sobre o PPGP no site: www.gestaopublica.unb.br



Universidade de Brasília - UnB Faculdade UnB de Planaltina - FUP

Programa de Pós-graduação em Gestão Pública - PPGP

Anexo 1. Solicit	tação de Credenci	iamento	o (enviar _l	para gestao _l	oublicap	pgp@unb	.br)	
Nome Completo: CPF:								
Telefone:	E-mail:							
	a de pesquisa que o	•	tuar no PF	PGP (marque	apenas	uma opção	o):	
` '	íblica e Território							
() Instrumer	nto de Monitoram	ento, A	valiação e	e Gestão Púb	olica			
Se encontra cre	denciado em algu	m prog	rama de p	ós-graduaçã	lo?			
() Não								
() Sim. Qua	l(is)?							
		Área	de Titula	 cão				
Graduação				3				
Mestrado								
Doutorado				Ano da Defesa:				
		_		es Concluíd				
Doutorado	Mestrado	Mesti		Especializa	ıção	Iniciação		
Acadêmico N°: N°:		Profissional N°:		N°:		Científica/TCC N°:		
IN .	IN.	11.		1N.				
C	Coordenação de P	rojetos	de Pesqu	isa com Fina	anciamo	ento		
			Ano Financiador					
Título		Início Fim		Tillaliciadol				
ī	Particinação de Pi	rnietos	de Pesani	isa com Fina	nciame	ento		
Participação de Projetos de Pesquisa com Financiamento Ano								
Título		Início Fim		Financiador				
Exp	eriência na Admi	inistraç	<u>ão Públic</u>	a dentro da	Univer			
Cargo/Funç			ção			An		
						Início	Fim	
Ex	periência na Adn	ninistra	cão Públi	ica fora da U	Jniversi	dade		
Órgão da Administração Pública			Cargo/Função			Ano		
		a				Início	Fim	
					-			

Data:____/____



Anexo 2. Projeto de pesquisa/Plano de trabalho para os próximos cinco anos

* Enviar para gestaopublicappgp@unb.br
Nome Completo:
Seleção em qual linha de pesquisa (marque apenas uma opção): () Gestão Pública e Território () Instrumento de Monitoramento, Avaliação e Gestão Pública
Projeto de Pesquisa/Plano de trabalho



Anexo 3. Ementa e bibliografia das disciplinas conforme linhas de pesquisa

LINHA DE PESQUISA: GESTÃO PÚBLICA E TERRITÓRIO

ARRANJOS FEDERATIVOS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

Aspectos teóricos do federalismo, tipologia e a organização da administração pública nas perspectivas das três esferas de poder. Princípio da subsidiariedade e pacto federativo brasileiro. Relação entre descentralização, produção e implementação de políticas públicas. Os entes federativos, a descentralização político-administrativa e tributária, atribuições e competências, relações intergovernamentais, coordenação, sinergias, continuidade e descontinuidade de políticas públicas.

Bibliografia:

AFFONSO, R. A Crise da Federação no Brasil. Ensaios. FEE, 15 (2): 321-337, 1994.

AFFONSO, R. B. A. Descentralização e reforma do Estado: a Federação brasileira na encruzilhada. *Economia e Sociedade*, 14: 127-152, 2000.

GUIMARÃES, M. C. L. O debate sobre a descentralização de políticas públicas: um balanço bibliográfico. *Revista Organização e Sociedade*, 23, 2009.

FRANZESE, C.; ABRUCIO, F. L. A combinação entre federalismo e políticas públicas no Brasil pós-1988: os resultados nas áreas de saúde, assistência social e educação. Reflexões para Ibero América: A avaliação de programas sociais, ed. Escola Nacional de Administração Publica ENAP. Brasília: ENAP, p. 25-42, 2009.

ARRETCHE, M. Federalismo e igualdade territorial: uma contradição em termos. *Dados*, 53(3): 587-620, 2010.

ABRUCIO, F. L.; FRANZESE, C.; SANO, H. Coordenação e Cooperação no Federalismo Brasileiro: avanços e desafios. Estado, instituições e democracia: República. Brasília: IPEA, 1: 177-212, 2010.

AVELAR, L.; CINTRA, A. O. *Sistema político brasileiro: uma introdução*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer Stiftung São Paulo: Editora Unesp, p. 496, 2 ed. 2007.

PIRES, M. C. S. Descentralização e subsidiariedade. *Revista de Informação Legislativa*, 37(147): 161-177, 2000.

KERCHES, C.; NAHAS, S. Descentralização e relações intergovernamentais: a produção de políticas sociais no estado de São Paulo. 6º. Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), Campinas, 2008.

TATAGIBA, L.; TEIXEIRA, A.C. Dinâmicas de participação e institucionalização de políticas públicas. 6º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), Campinas, 2008.

PAES, A. P. P. Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

DRAIBE, S. Rumos e Metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas para a industrialização no Brasil 1930-1960. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1985.

SANTOS, W. Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.

MADISON, J.; JAY, J. HAMILTON, A. *O Federalista*. In: Os Pensadores (XXIX), São Paulo: Abril Cultural, 1973.

FUNDAMENTOS DA GESTÃO PÚBLICA

Os Fundadores; Conceitos e desenvolvimento dos estudos em administração pública. Evolução do Estado, Evolução da Administração Pública; Reforma da Administração Pública no Brasil; Evolução da Ciência da Administração Pública; Análise do *New Public Management*, Novo Serviço Público, Teoria da Escolha Pública.

Bibliografia:

BOGASON, P.; BRANS, M. Training and Teaching: making public administration teaching and theory relevant. *European consortium for Political Research*, 7: 84-97, 2008.

DENHARDT, R. B. *Teorias da Administração Pública. São Paulo: Cengage Learning*, 2012. Tradução: Francisco G. Heidmann.

DENHARDT, R. B.; DENHARDT, J. V. The New Public Service: Serving Rather than steering. *Public Administration Review*, 60 (6): 549-559, 2000.

DENHARDT, R. B. *Teoria Geral de Organizações Públicas*. 4.ed. Tradução: Francisco G. Heidemann. Thomson/Wadsworth, 2004.

GUERREIRO RAMOS, A. A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações. Trad. Mary Carvalho. Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas, 1981.



Universidade de Brasília - UnB

Faculdade UnB de Planaltina - FUP

Programa de Pós-graduação em Gestão Pública - PPGP

_____.A modernização em nova perspectiva em busca de um modelo de possibilidades. *Revista de Administração Pública*, 17 (1): 5-31, jan./mar,1983.

KETTL, D. Public Administration at the Millennium: The State of the Field. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 10 (1): 7 - 34, 2000.

OSTROM, V. *The Intellectual Crisis in American Public Administration*. Tuscaloosa, AL: The University of Alabama Press. Caps. 3 e 4 (42-86), 1973.

OSTROM, V.; OTROM, E. Public Choice: A Different Approach to the Study of Public Administration. *Public Administration Review*, 31 (2): 203-216, 1971.

PETERS, B. G. (org). The politics of bureaucracy. 3. ed. New york: Longman, 1989.

PETERS, B. G.; PIERRE, J. Handbook of public administration. London: Sage, 2005.

READSCHELDERS, J. C. N. Trends in the Study of Public Administration. PAR, 71 (1), 2011.

TERRY, L. D. The Thinning of Administrative Institutions in the Hollow State. *Administration & Society*, 37: 426-444, 2005.

WALDO, D. The Administrative State. A Study of the Political Theory of American Public Administration. New York: Holmes and Meier, 1984.

WEBER, M. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva (v. 1). Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1994.

WILSON, W. O Estudo da Administração. Revista do Serviço Público Brasília, 56 (3): 349-366, 2005.

ESTADO, GOVERNO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Noções de Estado, Governo e Sociedade. O Estado liberal e o Estado do bem-estar social. Neoliberalismo e o consenso de Washington. Administração pública, políticas públicas e políticas setoriais (econômica, social e de infraestrutura). Estratégias de políticas públicas e novos arranjos institucionais.

Bibliografia:

CAPELLA, A. C. *Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas*. ARRETCHE, M.; MARQUES, E.; HOCHMAN, G (Orgs). Políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Fio Cruz, 2007.

ESPING-ANDERSEN, G. As Três Economias Políticas do Welfare State. *Revista Lua Nova*, n. 21, setembro, 1991.

_____. O Futuro do Welfare State na Nova Ordem Mundial. *Revista Lua Nova*, no. 35, pp. 73-113, 1995.

FARAH, M. F. S.. Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo. *Revista de Administração Pública*, 35(1): 119-44, 2001.

FARIA, C. A. P. A Política da Avaliação de Políticas Públicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 20 (59), 2005.

HILL, M. *Implementação: uma visão geral*. In: SARAVIA, Enrique.; FERRAREZI, E. (orgs). Políticas Públicas: coletânea. Brasília: ENAP, v. 2, 2006.

HOWLETT, M.; M. RAMESH; A. PEARL. *Política Pública: seus ciclos e subsistemas – uma abordagem integradora*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

MARQUES, E. S.; FARIA, C. A. P. A política pública como campo multidisciplinar. São Paulo: Editora UNESP; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

MELO, M. A.; SILVA, P. L. B. O Processo de Implementação de Políticas Públicas no Brasil: Características e Determinantes na avaliação de programas e projetos. Caderno NEPP-UNICAMP, nº 48, 2000.

PARSONS, W. Public Policy: *An Introduction to the Theory and Practice of Policy Analysis*. United Kingdom: Edward Elgar Publishing, 1995.

PECI, A.; PIERANTI, O.P.; RODRIGUES, S. Governança e New Public Management: Convergências e Contradições no Contexto Brasileiro. *Revista Organizações e Sociedade*, v. 15, n. 46, pp. 39-55, Julho/Setembro de 2008.

RUA, M. das G. Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos. In: RUA, M. G., O Estudo da Política, Paralelo 15, Brasília, 1998.

SARAVIA, E. *Introdução à Teoria da Política Pública*. In: SARAVIA e FERRAREZI (Orgs). Políticas Públicas: coletânea. Brasília: ENAP, v. 1, 2006.

SECCHI, L. Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

WU, X.; M. RAMESH; M. HOWLETT, S. FRITZEN. Guia de Políticas Públicas: gerenciando processos. Brasília: ENAP, 2014.



Universidade de Brasília - UnB

Faculdade UnB de Planaltina - FUP

Programa de Pós-graduação em Gestão Pública - PPGP

POLÍTICAS PÚBLICAS E TERRITÓRIO

Novas concepções e bases teóricas para a função do Estado em sua relação com as demandas sociais na gestão e controle de políticas públicas. Construção e crise do *Welfare State*, novos atores políticos, novas demandas, novos direitos - Brasil e mundo. Políticas públicas - entre o reconhecimento e a distribuição. Novo desenvolvimentismo - democracia e inclusão social. Gestão pública e controle social no território.

Bibliografia

ABRUCIO, F. A Coordenação Federativa no Brasil: A Experiência do Período FHC e os Desafios do Governo Lula. *Revista de Sociologia e Política*, 24: 41-67, 2005.

ARRECHTE, M. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado Federativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 14 (40), 1999.

ARRETCHE, M.; MARQUES, E. Políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

ARRETCHE, M.; RODDEN, J. Política distributiva na Federação: estratégias eleitorais, barganhas legislativas e coalizões de governo. *Dados*, 47 (3): 549-576, 2004.

BENHABIB, S. Democracy and Difference. New Jersey: Princeton University Press, 1996

BORON, A. Estado, capitalismo y democracia en América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2004.

IPEA. Brasil em desenvolvimento — Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: IPEA, 2010.

MACPHERSON, C. B. Ascensão e queda da justiça econômica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

MARQUES, A. C. (org.) A deliberação pública. Belo Horizonte (MG): Autêntica, 2009.

OFFE, C. Capitalismo desorganizado. São Paulo: Brasiliense, 1989.

PEREIRA, L. C. B. Sociedade e Estado em transformação. São Paulo: Unesp, 1999.

ROSANVALLON, P. A crise do Estado Providência. Brasília: UnB, 1997.

SANTOS, B. S. Reinventar la democracia, reinventar el Estado. Buenos Aires: CLACSO, 2005

LINHA DE PESQUISA: INSTRUMENTO DE MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA

ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO

O setor público em uma economia mista. O setor público no Brasil. O papel do governo na economia. Economia do bem-estar: eficiência frente a equidade. Bens públicos, produção pública e burocracia. Externalidades. Escolha pública. Análise da política de gasto público.

Bibliografia:

AEURBACH A.; FELDSTEIN M. Handbook of Public Economics.

ASENSIO, C. M. M. Handbook de Administração Pública. Lisboa: INA Editora, 2013.

ATKINSON B. A. and STIGLITZ E. J. Lectures on Public Economics, New York: McGraw Hill, 1980.

BACHA, E. L.; BOLLE, M. L. Novos Dilemas da Política Econômica. Rio de Janeiro: LTC, 2010.

BIDERMAN, C.; ARVATE, P. Economia do Setor Público no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

GIANNETTI, E. O Valor do Amanhã: ensaio sobre a natureza dos juros. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

HYMAN, D. N. Public Finance: a Contemporary Application of Theory to Policy. The Dryden Press, 1990

INMAN R. P. and RUBINFELD D. L. "Designing tax policy in federalist economies: an overview", *Journal of Public Economics* 60: 307-334, 1996.

MYLES, G. D. Public Economics. Cambridge University Press, 1995.

NUNES, A. Economia e Ideologia: Notas de aula de um curo de introdução à economia política. Curitiba: Editora CRV, 2012.

SANTOS, J. A. Economia Pública. Lisboa: INA Editora, 2012.

SLEMROAD J. "Optimal taxation and optimal tax systems", *Journal of Economic Perspectives* 4: 157-178, 1990.

STIGLITZ E. J. "*Pareto efficient and optimal taxation and the new welfare economics*", in STIGLITZ E. J. 1995, "The Role of Government in a Contemporary World" IMF, Washington, D.C.

STIGLITZ, J. E. Economics of the Public Sector. New York: W.W. Norton & Company, 3^a ed., 2000.

VICKERS J. and YARROW G. 1991, "Economic perspectives on privatization", Journal of Economic Perspectives, 5: 111-132.

AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS GOVERNAMENTAIS

Diferentes abordagens relacionadas à avaliação de programas governamentais. Análise dos três tipos de modelos de avaliação que orientam o debate recente sobre avaliação: (i) os modelos orientados pela metodologia, centrados na aplicação de métodos experimentais e quase experimentais na análise dos resultados do programa; (ii) os modelos naturalísticos ou construtivistas, que privilegiam a análise da influência do comportamento, dos valores e das interações entre os atores que participam do programa;



Universidade de Brasília - UnB

Faculdade UnB de Planaltina - FUP

Programa de Pós-graduação em Gestão Pública - PPGP

(iii) os modelos direcionados pela teoria, que enfatizam a importância da identificação das relações de causalidade subjacentes ao programa e o pluralismo metodológico. Construção de sistemas avaliativos e de estratégias para o desenvolvimento de uma cultura avaliativa nas organizações do setor público.

Bibliografia:

AGUILAR, M. J. Avaliação de serviços e programas sociais. Petrópolis: Vozes, 1994.

ARRETCHE, M. T. S. *Tendências no estudo sobre avaliação*. In: RICO, E. M. (org.). Avaliação de Política Sociais: Uma Questão em Debate. São Paulo: Cortez: IEE, 1998.

BANCO MUNDIAL. Monitoramento e Avaliação: algumas ferramentas, métodos e abordagens. Washington, D.C: 2004.

CARVALHO, M. C. B. *Avaliação Participativa – uma escolha metodológica*. In RICO, E. M. (org.). Avaliação de Política Sociais: Uma Questão em Debate. São Paulo: Cortez: IEE, 1998.

FARIA, C. A. P. A política de avaliação das políticas pública. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 20 (59), 2005.

FARIA, R. M. *Avaliação de Programas Sociais: Evoluções e Tendências*.In RICO, E. M. (org.). Avaliação de Política Sociais: Uma Questão em Debate. São Paulo: Cortez: IEE, 1998.

FIGUEIREDO, M. F.; FIGUEREIDO, A. M. C. Avaliação Política e Avaliação de Políticas: um quadro de referências teóricas. *Análise e Conjuntura*, 1 (3): 107-127, 1986.

JANNUZI, P. M. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas. *Revista de Administração Pública – RAP*, 36(1): 51-72, 2002.

MYNAIO, C. (org) Avaliação por triangulação e métodos – Abordagem de Programas Sociais. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

RAVALLION, M. The mystery of vanishing benefits: Ms Speedy Analyst's introduction to evaluation. *The World Bank Economic Review*, 15 (1): 115-140, 2001.

ROGERS, P. Introducción a la evaluación de impacto. Rockefeller Foundation. 2012.

SHADISH Jr, W. R.; COOK, T. D.; LEVITON, L. C. Foundations of Program Evaluation: Theories of Practice. Thousando Oaks, California: Sage Publications, 1995.

SOUSA, R. P.; VALTSMAN, J. Avaliação de programas e profissionalização da gestão pública. *Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação*, 1, 2011.

INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA

Análise da avaliação como ferramenta de gestão pública. Apresentação da relevância da avaliação na formulação e ajuste de políticas públicas. Histórico da avaliação no setor público. Classificação e tipos de avaliações mais utilizadas. Indicadores de Resultados. Revisão das metodologias mais utilizadas em avaliação de programas. Métodos quantitativos e qualitativos. Métodos mistos. Estudos de caso em avaliação de programas no contexto internacional e nacional.

Bibliografia:

AGUILAR, M. J.; ANDER-EGG, E. Avaliação de serviços e programas sociais. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

CASSIOLATO, M; GUERESI, S. Nota técnica. Como elaborar Modelo Lógico: roteiro para formular programas e organizar avaliação – Nota técnica. Brasília: IPEA, 2010.

COHEN, E.; FRANCO, R. Avaliação de projetos sociais. Editora Vozes: Petrópolis, 1993.

JANNUZZI, P. de M. *Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações*. Campinas: Editora Alínea, 2006.

KHANDKER, S. R., KOOLWAL, G. B., SAMAD, H. A. *Handbook on Impact Evaluation: Quantitative Methods and Practices.* Washington, D.C: The World Bank, 2010.

WHORTEN B. R.; SANDERS J. R.; FITZPATRICK J. L. Avaliação de programas: concepções e práticas. São Paulo: Editora Gente, 2004.

ORÇAMENTAÇÃO E FINANÇAS PÚBLICAS

O papel da ideologia na ciência econômica e no orçamento. A elevação dos gastos públicos no Brasil e no mundo. A relação entre orçamentação, finanças públicas e as políticas públicas. O papel do estado e da livre concorrência em uma economia de mercado. O orçamento público e o equilíbrio fiscal. A política fiscal, monetária e cambial e as finanças públicas. Tributação e gasto Público. Aspectos teóricos e operacionais sobre orçamento público.

Bibliografia

ABRUCIO, F. L. "Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas". Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, vol.41, nº.esp, 2007. pp. 67-86.

AFONSO, J. R. R.; **SOARES**, J. S.; **CASTRO**, K. P. Avaliação da estrutura e do desempenho do sistema tributário brasileiro. Livro branco da tributação brasileira. Banco Interamericano de



Desenvolvimento, 2013.

ALMEIDA, P. R. A experiência brasileira em planejamento econômico: uma síntese histórica 2004. (Mimeo).

BIDERMAN, C.; **ARVATE**, P. Economia do Setor Público no Brasil. São Paulo: Campos/Elsevier, 2005.

FROTA, C. L. K; **CALMON**, P. C. D. P. A reforma gerencial do orçamento brasileiro: em busca de múltiplos significados. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 48 (1): 156-81, jan./fev.2014.

GARCIA, R. C. "Subsídios para Organizar a Avaliações da Ação Governamental". Brasília, IPEA, Texto para Discussão n. 776, 2001.

GIACOMONI, J. Orçamento Público. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GIAMBIAGI, F.; **ALÉM**, F. Finanças Públicas: teoria e Prática no Brasil. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Campus, 2008.

LIMA, E. C. P. "Algumas observações sobre orçamento impositivo no Brasil". Planejamento e Políticas Públicas, n. 26, junho-dezembro 2003. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/ppp/pdf/ppp26.pdf#page=6. Acesso em 15 mai 2017.

MACIEL, P. J. Finanças Públicas no Brasil: uma abordagem orientada para políticas públicas. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 47(5): 1213-241, set./out.2013.

NUNES, A. As teorias de Justiça e a equidade no Sistema Único de Saúde no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas, número 37, jul.dez.2011, IPEA, Brasília, 2011.

NUNES, A. Economia e Ideologia: Notas de aula de um curso de introdução à economia política. Editora CRV, 2012.

OLIVEIRA, J. A. P. "Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas". RAP, Rio de Janeiro N°40, v. 1, Mar./Abr. 2006, pp.273-88.

PÓ, M. V.; **ABRUCIO**, F. L. "Desenho e funcionamento dos mecanismos de controle e accountability das agências reguladoras brasileiras semelhanças e diferenças". RAP, nº 40 vol. 4, jul/ago 2006. pp. 679-98

REZENDE, F. Finanças Públicas. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SIMÕES, L. S. Os conceitos de liberdade de Isaiah Berlin e a democracia. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos.